PROVA TIPO X - CONCURSO MP BA - PROMOTOR

QUESTÕES DE 01 a 09

Prof.Samuel Marques

Questão 1:

Gabarito Preliminar: item C.

Comentário:

Segundo lições de Hans Kelsen, a delimitação territorial é uma necessidade para a formação de um Estado, compreendendo, assim, como uma circunscrição de validade jurídica estatal. Diante dessa ideia, o território do Estado deve ser definido como domínio espacial na vigência de uma ordem jurídica.

Questão 2:

Gabarito Preliminar: item B.

Comentário:

Nos ensinamentos de Pedro Lenza, a Constituição de 1824, quanto à alterabilidade, era semirrígida, uma vez que algumas normas, para serem alteradas, necessitavam de procedimento mais dificultoso, mais solene e mais árduo; outras, entretanto, eram alteradas por processo legislativo ordinário.

Questão 3:

Gabarito Preliminar: item A.

Comentário:

Segundo entendimento fixado a partir do informativo 1082 do STF, as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle incidental de constitucionalidade, nos casos de serem anteriores à instituição

do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado.

Questão 4:

Gabarito Preliminar: item C.

Comentário:

A compreensão dos direitos sociais presentes na Constituição Federal parte de interpretação de uma lista exemplificativa, o que corresponde a existência de outros direitos sociais além dos previstos expressamente no texto constitucional. Ademais, entende-se que, diante do princípio da vedação ao retrocesso, direitos sociais garantidos por meio de atos do poder público passam a incorporar o patrimônio jurídico dos indivíduos.

Questão 5:

Gabarito Preliminar: item E.

Comentário:

Diante de entendimento fixado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, há possibilidade de impetração de habeas data por cônjuge sobrevivente em caso de falecimento, haja vista que, tratando-se de uma garantia constitucional, a interpretação do dispositivo deve ser a mais abrangente para assegurar, efetivamente, o direito de acesso à informação contida em banco de dados para eventual, não sendo razoável perpetuar-se a incorreção e o uso indevido dos dados do morto.

Questão 6:

Gabarito: item C.

Comentário:

A inelegibilidade resulta no impedimento temporário da capacidade eleitoral passiva do indivíduo, promovendo restrição de ser votado e não atingindo, portanto, os demais direitos políticos, como, por exemplo, o de votar.

Questão 7:

Gabarito: item D.

Comentário:

Conforme dispõe o artigo 67, parágrafo 4º, da Constituição do Estado da Bahia, a Assembleia Legislativa pode, por motivo de conveniência pública e deliberação da maioria absoluta, pode se reunir, temporariamente, em qualquer cidade do estado.

Questão 8:

Gabarito Preliminar: **item C.**

Comentário:

Os itens considerados como certos são o II e III, diante dos seguintes fundamentos:

II – O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre a impossibilidade de exercício de controle de constitucionalidade pelo CNMP.

III - No julgamento da Ação Cível Originária nº 843/SP, o Supremo Tribunal Federal firmou a competência do CNMP para a resolução de conflitos de atribuições entre membros de diferentes ramos do Ministério Público

Questão 9:

Gabarito Preliminar: item A.

Comentário:

De acordo com o disposto no artigo 4º, inciso IX, da Constituição do Estado da Bahia, constitui infração disciplinar, punível com a pena de demissão a bem do serviço público, a prática de violência, tortura ou coação contra os cidadãos, pelos agentes estaduais ou municipais;

Samuel Marques

Advogado e Professor de Direito Constitucional. Mestre em Direito Constitucional e Teoria Política pela Universidade de Fortaleza. Vice-Presidente da Comissão de Concursos Públicos da OAB/CE.